



REGIMENTO INTERNO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM BOTÂNICA

Dos Objetivos

Art. 1º - O Programa de Pós-Graduação em Botânica, em nível de Mestrado (MS) e Doutorado (DS), está vinculado ao Departamento de Biologia Vegetal (DBV) da Universidade Federal de Viçosa (UFV) e tem por objetivos capacitar recursos humanos qualificados para as atividades de docência, pesquisa, extensão e desenvolvimento tecnológico e gerar conhecimento científico que possa contribuir para a exploração sustentável e a conservação dos recursos da biodiversidade e para a recuperação de ecossistemas.

Art. 2º - O Programa oferece a possibilidade de desenvolvimento de formação e pesquisa em duas áreas: “Botânica Estrutural e Funcional” e “Ecologia, Sistemática e Evolução”.

Art. 3º - A organização e o funcionamento do Programa obedecem às normas do Regimento de Pós-Graduação *Stricto Sensu* da UFV e normas adicionais aprovadas pelos órgãos competentes, bem como às disposições deste regimento.

Da Comissão Coordenadora

Art. 4º - A coordenação didático-científica do Programa será exercida por uma Comissão Coordenadora constituída por:

I - 1 (um) Coordenador, docente permanente do Programa, como seu presidente, eleito por seus pares e nomeado pelo Reitor, mediante encaminhamento da chefia do departamento;

II - 3 (três) professores, docentes permanentes do Programa, eleitos por seus pares; e

III - 1 (um) representante dos estudantes do Programa, eleito por seus pares.

§ 1º - A Comissão Coordenadora indicará, entre os seus membros, um docente que exercerá a função de Vice-Coordenador e assumirá a Coordenação do Programa no caso de impedimento eventual do Coordenador.

§ 2º - O mandato do Coordenador e dos membros da Comissão Coordenadora será de 4 (quatro) anos, sendo permitida a recondução.

§ 3º - O representante discente exercerá mandato de 1 (um) ano, sendo permitida a recondução.

Da Admissão ao Programa

Art. 5º - Poderão inscrever-se na seleção para o MS os candidatos que concluíram ou venham a concluir o curso de Graduação, de duração plena, em Ciências Biológicas ou em área correlata, até o período previsto para a matrícula. O histórico escolar do candidato deve evidenciar formação em Botânica (Anatomia, Ecologia, Fisiologia e Sistemática).

Art. 6º - Poderão inscrever-se na seleção para o DS os candidatos que concluíram ou venham a concluir o MS em Botânica, ou em áreas correlatas, até o período previsto para a matrícula.

Art. 7º - As inscrições deverão ser realizadas *online*, em data estabelecida em Edital específico, publicado na página do Programa, mediante preenchimento do formulário disponível em www.posbotanica.ufv.br e inserção dos documentos exigidos no Edital.

Art. 8º - Na seleção serão levadas em conta a qualificação acadêmica e a experiência profissional do candidato. A estrutura do processo seletivo e os critérios de avaliação serão estabelecidos pela Comissão Coordenadora e divulgados na página eletrônica do Programa.

Art. 9º - O ingresso no DS, sem submissão ao processo seletivo, poderá ser solicitado pelo Orientador e pelo aluno regularmente matriculado no MS em Botânica da UFV, que tenha concluído todos os créditos exigidos com excelente desempenho, ao completar 12 meses no Programa, ou ao defender a dissertação com 18 meses.

Parágrafo único - À Comissão Coordenadora caberá julgar a solicitação utilizando como critérios o desempenho acadêmico do estudante, o andamento do projeto de pesquisa e, se for o caso, as condições estabelecidas pela agência financiadora da bolsa do estudante.

Art. 10 - Para ingresso no DS sem o título de Mestre o candidato deverá cumprir os seguintes requisitos: ter excelente desempenho nas disciplinas do curso de graduação, demonstrar experiência em pesquisa e possuir, pelo menos, um artigo publicado, na área, em periódico classificado no Qualis B2 ou superior (na área de avaliação da CAPES a qual o Programa estiver vinculado).

Da Matrícula

Art. 11 - Em cada período letivo, em época fixada pelo Calendário Escolar da UFV, o estudante deverá requerer sua matrícula na Universidade.

Art. 12 - Será exigida dedicação em tempo integral e, durante o curso, o estudante não terá direito a férias sendo que qualquer ausência do *campus* deverá ser devidamente autorizada pelo Orientador e comunicada à Coordenação do Programa.

Art. 13 - O estudante que, por motivo de força maior, for obrigado a interromper seus estudos poderá solicitar o trancamento de sua matrícula, conforme previsto no Regimento de Pós-Graduação *Stricto Sensu* da UFV.

Da Orientação do Estudante

Art. 14 - A Coordenação do curso indicará um Orientador para cada estudante, quando da primeira matrícula, compatibilizando os interesses do estudante com os do Programa.

Art. 15 - No primeiro período letivo, o Orientador, juntamente com o estudante, poderá indicar dois professores como Coorientadores, os quais formarão com o Orientador a Comissão Orientadora. Esta Comissão terá como atribuições o aconselhamento didático-científico do estudante e a orientação no desenvolvimento do trabalho de dissertação ou tese.

Art. 16 - A composição da Comissão Orientadora poderá ser alterada mediante solicitação do estudante e do Orientador com a concordância da Coordenação do Curso.

Do Credenciamento e Descredenciamento de Orientadores

Art. 17 - Para atuar como Orientador ou Coorientador do Programa será exigido o título de doutor e o atendimento aos critérios estabelecidos pela Comissão Coordenadora do Programa. Caberá à PPG a homologação do credenciamento.

Art. 18 - O credenciamento de um professor para pertencer ao Corpo de Orientadores dar-se-á mediante deliberação de acordo com o perfil de orientador desejado pela Comissão Coordenadora do Programa.

§ 2º - O docente Orientador deverá obrigatoriamente participar de disciplina(s) regular(es) do Programa.

Art. 19 - Os Orientadores que não atenderem ao perfil desejado de Orientador pela Comissão Coordenadora podem ser descredenciados a qualquer tempo.

Art. 20 - À cada 4 (quatro) anos será realizado o credenciamento de todos os docentes do Programa levando-se em consideração os critérios estabelecidos no artigo 18.

Art. 21 - O Professor-Orientador poderá desligar-se do Programa a qualquer tempo mediante solicitação à Comissão Coordenadora.

Art. 22 - A Comissão Coordenadora, observando os interesses do Programa e o quadro existente de Professores-Orientadores, lotados no DBV ou em outros Departamentos da UFV, poderá convidar docentes ou pesquisadores de outras Instituições, para atuarem como Orientadores ou Coorientadores de estudantes específicos.

Do Plano de Estudo

Art. 23 - No Plano de Estudo deverão constar: disciplinas obrigatórias e optativas, consideradas como importantes para a formação do estudante, que integrem, no mínimo, 20 créditos para o MS e 40 para o DS; exigência de língua estrangeira e de exame de qualificação (para o DS).

§ 1º - Os estudantes de doutorado portadores do título de mestre deverão cursar, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do número de créditos exigidos pelo Programa de Pós-Graduação em Botânica.

§ 2º - A BVE 798 - Seminário em Botânica e a BVE 799 - Pesquisa são disciplinas obrigatórias.

§ 3º - O elenco curricular específico do Programa de Pós-Graduação em Botânica compreende disciplinas obrigatórias e disciplinas optativas. Conforme deliberação da Comissão Coordenadora, são disciplinas obrigatórias específicas do Programa de Pós-Graduação em Botânica, para qualquer nível, BVE 611 - Citologia e Histologia Vegetal, BVE 645 - Fitogeografia do Brasil e BVE 632 - Sistemática de Grupos Basais de Angiospermas e Eudicotiledôneas.

§ 4º - O estudante poderá cursar disciplinas não constantes do elenco curricular, inclusive em outra Instituição, neste caso mediante justificativa do Orientador, devidamente aprovada pela Comissão Coordenadora.

§ 5º - Os portadores do título de Mestre, na área de Botânica ou em área correlata, terão 20 créditos contabilizados para integralizar o número de créditos exigidos para o DS. Se houver interesse dos estudantes do DS em pedirem equivalência de disciplinas obrigatórias, a solicitação deverá ser encaminhada à coordenação do PPGBot-UFV para análise e autorização de liberação das disciplinas obrigatórias. Caso contrário vale o mesmo disposto no § 3º deste artigo e o estudante de doutorado é obrigado a cursar todas as disciplinas obrigatórias.

§ 6º - Para integralizar o seu plano de estudo, o aluno poderá utilizar no máximo 3 (três) créditos, em cada nível, em disciplinas de Estágio em Ensino.

Art. 24 - Para satisfazer a exigência de língua inglesa o estudante deverá satisfazer as exigências previstas no regimento geral da Pós-Graduação da UFV.

Art. 25 - O Plano de Estudo, aprovado pelo estudante e seu Orientador, será submetido à apreciação do Coordenador do Programa e da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, até o final do primeiro período letivo.

§ 1º - A falta de Plano de Estudo aprovado impede a matrícula do estudante no segundo período letivo.

§ 2º - O Plano de Estudo poderá ser alterado mediante solicitação do Orientador em concordância com o estudante.

Art. 26 - O estudante deve integralizar os créditos exigidos em disciplinas em até 18 e 24 meses para o MS e o DS, respectivamente.

Art. 27 - Somente após o cumprimento do Plano de Estudo na íntegra, o estudante poderá encaminhar pedido de defesa de dissertação/tese.

Do Exame de Qualificação

Art. 28 - O exame de qualificação, para a obtenção do título de Doutor, deverá ser realizado pelo estudante no máximo até o quinto período letivo.

§ 1º - Somente poderá prestar exame de qualificação o estudante que tiver integralizado os créditos previstos em seu Plano de Estudo;

§ 2º - O pedido de exame de qualificação, aprovado pelo Orientador, será encaminhado ao Coordenador do Programa para apreciação, designação da banca examinadora e encaminhamento à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação;

§ 3º - O descumprimento do prazo estabelecido no *caput* deste artigo implicará na aplicação automática do conceito N na BVE 799 - Pesquisa no 5º semestre.

Art. 29 - O exame de qualificação consistirá de duas provas: uma de conhecimento e outra de defesa do projeto de tese. Alternativamente, o exame de qualificação consistirá de outras duas provas: a prova de apresentação e a prova de arguição de artigo científico que tenha o candidato como primeiro autor e que esteja submetido a um periódico com boa reputação na área de Botânica (em caso de dúvidas consultar a Comissão Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Botânica), que será avaliado pela banca examinadora em sessão do exame de qualificação.

Art. 30 - A prova de conhecimento consistirá de uma palestra sobre tema que permita a utilização integrada dos conhecimentos adquiridos pelo estudante.

§ 1º - Utilizando o conjunto de disciplinas constantes do histórico escolar do estudante, o Orientador organizará uma lista com 10 (dez) temas para a prova de conhecimento.

§ 2º - O tema da palestra será sorteado pelo candidato, na Secretaria do Programa.

§ 3º - O estudante terá até 30 (trinta) dias para preparar a palestra de 50 minutos (± 10) para apresentação do tema sorteado.

§ 4º - No caso do candidato defender um artigo submetido, este artigo deve ser apresentado com 30 (trinta) dias de antecedência à coordenação para nomeação da banca e marcação da sessão do exame de qualificação. Neste caso, o candidato deverá apresentar uma palestra de 50 minutos (± 10) sobre o artigo da qualificação.

Art. 31 - A prova de Defesa de Projeto de Tese consistirá da elaboração de projeto de pesquisa original, contendo os seguintes itens: Identificação; Resumo; Introdução com a Justificativa; Objetivos/Hipóteses/Perguntas; Materiais e Métodos; Referências bibliográficas; Contribuições científicas e impactos esperados; Cronograma de execução; e Orçamento.

§ 1º - O projeto de tese deverá ser entregue juntamente com a solicitação do exame de qualificação.

§ 2º - Após o exame de qualificação o estudante deverá encaminhar, no prazo máximo de 20 dias, a versão corrigida do projeto de tese, com as sugestões da banca incorporadas, à Comissão de Pesquisa do Departamento, conforme artigo 34 deste Regimento.

Art. 32 - As duas provas ocorrerão no mesmo dia, em sessão pública.

Art. 33 - No caso de reprovação em uma das provas (projeto ou palestra) o candidato deverá repeti-la no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

Parágrafo único - Persistindo o resultado insatisfatório o estudante será reprovado no exame de qualificação e poderá solicitar novo exame, conforme previsto no Regimento de Pós-Graduação.

Art. 34 - O projeto de pesquisa de dissertação/tese deverá ser entregue à Comissão de Pesquisa do DBV/UFV até no final do segundo e quinto períodos letivos para o MS e para o DS, respectivamente, para posterior registro na Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da UFV,

Parágrafo único - O não cumprimento dos prazos estabelecidos no *caput* deste artigo implicará na aplicação automática do conceito N em BVE 799 - Pesquisa, nos referidos semestres.

Da Dissertação/Tese

Art. 35 - A dissertação (MS) deverá ser organizada obrigatoriamente de forma a conter, pelo menos, 1 (um) artigo e a tese (DS), pelo menos, 2 (dois) artigos já formatado(s) nas normas de periódico(s) indexado(s) selecionado(s) para submissão (Qualis B2 ou superior, na área de avaliação da CAPES do Programa).

Art. 36 - A defesa da dissertação/tese ocorrerá com o assentimento expresso da Comissão Orientadora do estudante e estará condicionada ao cumprimento de todas as exigências do Programa bem como à apresentação de declarações de quitação de débitos fornecidas pelo Herbário, pelo(s) Laboratório(s) nos quais o aluno tenha atuado e pelo Orientador, atestando a entrega do banco de dados. Para essa quitação, todos os dados produzidos durante o curso, incluindo planilhas, scripts e o arquivo eletrônico da dissertação em formato editável, deverão ser entregues pelo estudante a seu orientador antes da defesa de dissertação/tese.

§ 1º - Antes da sessão de defesa de dissertação/tese, o estudante apresentará um seminário com os resultados de sua pesquisa em 50 minutos (± 10 min). A Coordenação do Programa e o estudante serão responsáveis pela divulgação do Seminário.

§ 2º - O seminário e a sessão de defesa de dissertação/tese serão realizados em sessão aberta ao público.

Art. 37 - O prazo para a defesa da dissertação ou tese é de 24 e 48 meses, para o MS e DS, respectivamente, em consonância com a duração das bolsas concedidas pelas agências de fomento.

§ 1º - Aos estudantes de MS e DS, no 4º e no 8º semestre, respectivamente, será atribuído conceito I em BVE 799 - Pesquisa que será transformado em N caso não ocorra a defesa da dissertação/tese, ao completar 24 ou 48 meses.

§ 2º - O estudante que não defender a dissertação/tese até o final do 5º ou do 9º semestre para o MS ou DS, respectivamente, será desligado do Programa mediante aplicação de um segundo conceito N em BVE 799 - Pesquisa.

Art. 38 - Os resultados da pesquisa são de propriedade da UFV e só poderão ser divulgados, por qualquer que seja o meio, com a participação ou com a autorização, por

escrito, do Orientador.

§ 1º - É obrigatória, na forma pertinente, a menção da UFV/Programa de Pós-graduação em Botânica como origem do trabalho, assim como da Agência financiadora da bolsa e, ou, do projeto de pesquisa de dissertação/tese.

§ 2º - No caso de projetos desenvolvidos em parceria com outras Instituições/Empresas, a publicação, a exploração e a proteção dos resultados das pesquisas deverão ser asseguradas em conformidade com contrato ou convênio firmado entre as partes, obedecendo à legislação específica e normas das instituições envolvidas.

Art. 39 - O estudante terá um prazo máximo de 6 (seis) meses, a contar da aprovação da dissertação/tese, para submeter à publicação, em periódico indexado, artigo(s) científico(s) produzido(s) como resultado da dissertação/tese. Findo este prazo o Orientador poderá publicar os resultados e definir a ordem de autoria.

Art. 40 - Os materiais oriundos do desenvolvimento da dissertação/tese do estudante (slides, protocolos, banco de dados, scripts de estatística, exsicatas, lâminas, entre outros) deverão ser incorporados ao acervo do DBV/UFV.

Da Bolsa

Art. 41 - Caberá a Comissão Coordenadora a distribuição das bolsas concedidas pelas Agências de fomento ao Programa.

Parágrafo único - A bolsa, concedida conforme o *caput* deste artigo, pertence ao Programa e não ao estudante.

Art. 42 - O critério básico para a concessão de bolsas será o desempenho acadêmico o qual será avaliado pela classificação no processo seletivo, para os estudantes novos, e pelo coeficiente de rendimento acumulado e relatório semestral de atividades, para os estudantes já pertencentes ao sistema.

Parágrafo único - A alocação de bolsas terá caráter anual.

Art. 43 - A concessão de bolsa implica em dedicação exclusiva e em tempo integral ao Programa e residência em Viçosa, salvo em circunstâncias aceitas pelas agências financiadoras.

Parágrafo único – Casos excepcionais serão apreciados pela Comissão Coordenadora.

Art. 44 - A bolsa poderá ser suspensão, ou cancelada, pela Comissão Coordenadora ou pela Agência de Fomento por motivos acadêmicos, disciplinares ou financeiros, não cabendo qualquer tipo de indenização ao bolsista.

Parágrafo único - São motivos para a suspensão da bolsa:

- a) Trancamento da matrícula por parte do estudante;
- b) Pedido formal feito pelo estudante ou por seu Orientador;

- c) Atraso na entrega do Projeto de Pesquisa e relatório de atividades;
- d) Atraso no cumprimento do prazo do Exame de Qualificação;
- e) Motivos disciplinares;
- f) Atraso no cumprimento das exigências para comprovação de proficiência em inglês;
- g) Obtenção do conceito N em Pesquisa (BVE 799) em um período.

Art. 45 - Os estudantes de Doutorado que são bolsistas da CAPES deverão obrigatoriamente matricular-se em disciplinas de Estágio em Ensino (BVE 776, BVE 777 ou BVE 778), em dois semestres letivos.

Da Disciplina BVE 798 Seminário em Botânica

Art. 46 - Todos os alunos do Programa de Pós-Graduação em Botânica deverão cursar a disciplina Seminário em Botânica (BVE 798) durante 1(um) semestre e apresentar, obrigatoriamente, 1(um) seminário.

§ 1º - O tema do Seminário será definido pelo aluno e seu Orientador, não podendo ser apresentado o projeto de tese, no caso dos doutorandos.

§ 2º - A avaliação dos Seminários será realizada pelo Coordenador da disciplina e por dois examinadores dentre os presentes e levará em consideração: o domínio do assunto e sua adequação ao tema, a capacidade de síntese, a sequência, a clareza e a utilização adequada de recursos audiovisuais pelo apresentador.

Art. 47 - A disciplina Seminário conferirá 1 (um) crédito, para integralizar o mínimo de créditos exigidos pelo Programa, sendo a frequência mínima para aprovação na disciplina 75%.

Art. 48 - Serão conferidos os conceitos S (satisfatório) e N (não satisfatório) na avaliação final da disciplina.

Art. 49 - A Coordenação dos Seminários será exercida por um Professor, credenciado para atuar no Programa de Pós-Graduação em Botânica, que terá as seguintes atribuições:

- a) organizar o cronograma dos Seminários;
- b) estabelecer o tempo de duração dos Seminários;
- c) convidar palestrantes;
- d) divulgar os Seminários;
- e) controlar a frequência dos estudantes;
- f) atribuir o conceito final ao aluno;
- g) comunicar ao pós-graduando e ao Serviço de Registro Escolar o conceito obtido.

Das Disposições Finais

Art. 50 - Casos omissos ou não totalmente contemplados neste Regimento Interno e

no Regimento de Pós-Graduação *Stricto Sensu*/UFV serão resolvidos pela Comissão Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Botânica e, se for o caso, pelo CTP.

Art. 51 - Este Regimento entrará em vigor na data de sua aprovação pelo CTP.